

RECEBIDO EM: 02-08-2023

ACEITO EM: 24-08-2023

## A INFORMAÇÃO QUE ALIMENTA O SAGRADO DE CADA DIA: RESENHA

Maria de Fatima Sousa de Oliveira Barbosa<sup>1</sup>  
Thayron Rangel<sup>2</sup>

MELO, Diogo Jorge de; SANTOS, Luane Bento dos; ROMEIRO, Nathália Lima; RANGEL, Thayron Rodrigues *Repensar o Sagrado: as tradições religiosas no Brasil e sua dimensão informacional*. (org.). Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2021. Selo Nyota.

A obra, *Repensar o Sagrado: as tradições religiosas no Brasil e sua dimensão informacional*, organizada por Diogo Jorge de Melo, Luane Bento dos Santos, Nathália Lima Romeiro e Thayron Rodrigues Rangel, aborda em dezenove capítulos temas de suma importância para discussão sobre as questões relacionadas às religiões e o sagrado que nos afeta a cada dia. Os organizadores são professores e/ou especialistas em informação numa das “três marias”: Biblioteconomia, Museologia e Arquivologia, espécie de metonímia explicitada no capítulo: *Das três Marias da Ciência da Informação às Marias dos terreiros afro-diaspóricos: descolonizando a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia* (Melo; Rangel, 2021, p. 124).

Os capítulos são construídos a partir das perspectivas antirracistas, decoloniais, progressistas e democráticas com o objetivo de apresentar alternativas reflexivas para (re)pensar

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professora no Mestrado Profissional em Letras da UFRJ (ProfLetras). Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFRJ (PPGL), com Pós-doutoramento em Ciência da Informação pelo PPGCI/IBICT- UFRJ na Linha de Pesquisa "Comunicação, Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento" no âmbito do Projeto de Pesquisa Organização e apropriação do conhecimento no âmbito pragmático-discursivo, sintático e cognitivo da linguagem. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3376-2418>

<sup>2</sup> Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF), Mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia, em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/UFRJ), Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e em Biblioteconomia com ênfase em Memória Social pela mesma universidade. Atua como Técnico de Arquivo no IFRJ e como Professor do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

algumas das tradições e manifestações religiosas brasileiras, por meio das vivências dos autores. Os temas de cada capítulo trazem reflexões acerca de religiões praticadas em solo brasileiro, na perspectiva informacional, tais como: Candomblé, Umbanda, Cristianismo e Islamismo. Os autores dos capítulos que compõem a obra são de distintas áreas de conhecimento: Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, Filosofia, Sociologia, Literatura, Pedagogia, dentre outras, e muitos conjugam seus saberes acadêmicos e profissionais com suas atuações como sacerdotes e representantes de religiões, legitimando conhecimentos nem sempre difundidos no ambiente acadêmico. Miranda, Costa e Silva (2021, p. 23) alertam sobre isso: “*o universo do conhecimento nas Humanidades abrange as Artes, a História, a Religião e a Filosofia. Essas disciplinas são consideradas como um elenco homogêneo no mesmo sentido em que as Ciências Exatas e as Sociais*”.

As discussões trazidas à lume se tornam importantes, pois apresentam abordagens científicas, filosóficas e religiosas perpassadas pelas áreas citadas. No caso da OC, Miranda, Costa e Silva (2021, p.21) destacam: “*a Organização do Conhecimento (OC) deve contemplar as questões socioculturais de um modo geral*”. Em capítulo quase autoral, Elisa Larkin Nascimento relata no prefácio as dificuldades encontradas: “Como é difícil nomear a coisa preta no ambiente epistêmico da branquira hegemônica!” Nesse sentido, a autora ressalta a importância do livro para essas discussões: “Ele vem em boa hora trazer para as áreas científicas que organizam o conhecimento – a Arquivologia, a Biblioteconomia, a Museologia, a Ciência da Informação – uma proposta de revigorar, isto é, trazer vida, aos seus processos e metodologias” (Nascimento, 2021, p. 16).

Em boa parte da obra, são apresentadas pesquisas e escrituras (termo criado pela pesquisadora Conceição Evaristo) no âmbito dos terreiros e barracões de religiões de matrizes africanas e indígenas. No que diz respeito às religiões de matrizes africanas, Moura e Santos (2021, p.47) salientam que seus preceitos são: “sistematicamente estigmatizados e perseguidos desde o período da escravidão com repercussões violentas até os dias atuais”. Entretanto, houve um avanço nesse sentido: “nos últimos anos, ampliou-se a compreensão do conceito de informação no campo, com destaque para a historicidade, a cultura e os processos sociais” (Moura; Santos, 2021, p.47).

Miranda, Costa e Silva apontam questões do campo da Biblioteconomia relacionadas com religiões que durante muito tempo não estiveram representadas nos sistemas de classificação, estando sub-representadas nesses sistemas universais, tais como: a cultura iorubana, umbandista e

islâmica. Isso dá o tom da abrangência das discussões empreendidas na obra. O islamismo chegou ao Brasil com os escravizados vindos da África ocidental e os autores mostram que a relação da construção da imagem identitária desta religião nos sistemas de classificação, parte da leitura ocidental. Em relação à representação na CDD, os autores destacam que as religiões de matrizes africanas “não são representadas explicitamente, a não ser pelas classes 299.673 Candomblé, 299.672 Umbanda e 297 Islamismo, que por sua vez, apresenta uma relação conceitual de subordinação com a classe 299.67. Cultos Específicos” (Miranda; Costa; Silva, 2021, p. 37).

Souza desenvolve capítulo abordando as ações institucionais de salvaguarda dos lugares sagrados de matriz africana. Nesse capítulo, a autora salienta que a preservação da memória cultural do legado de matriz africana só foi possível graças às mobilizações do povo africano em diáspora no Brasil e faz o percurso dos caminhos percorridos para implementação “políticas fundamentais para o reconhecimento, permanência e valorização dos terreiros” (Souza, 2021, p. 76), demonstrando como foi esse processo de lutas em três momentos históricos: tombamento do Terreiro Casa Branca; primeiros tombamentos das Casas Matrizes, a criação dos movimentos culturais até finalmente o momento de o Estado reconhecer os terreiros de candomblé como bens culturais brasileiros.

Silva e Silva, no capítulo *O páramo das políticas de informação e a emergência patrimonial de ex-votos no Brasil* nos fazem refletir sobre a sacralização da fé representada por ‘dispositivos simbólicos’. Os autores (Silva; Silva, 2021, p. 90) argumentam “que a cultura expressa pelos elementos sacros da fé remonta à memória da humanidade e se constitui como patrimônio informacional, além dos sujeitos que os produziram” e trazem reflexões acerca dos “dispositivos da fé caracterizados como ex-votos”. Descrevem também, a relação das políticas públicas informacionais e patrimonialização no contexto dos ex-votos no Brasil.

Partindo das vivências no candomblé de origem iorubá, Gomes Junior (2021, p. 239) destaca que “importa-nos refletir sobre os saberes e as memórias de uma comunidade religiosa afrodescendente, a partir dos constantes atravessamentos das narrativas orais”. Souza (2021, p. 69) destaca sobre os terreiros que “as ações institucionais de salvaguarda dos lugares sagrados de matriz africana tiveram início por meio da luta das comunidades de terreiro e de grupos da sociedade civil organizada, sobretudo do movimento negro”. Nesses espaços ritualísticos “forjados e sacralizados pelas religiões de matriz africana, os nossos ancestrais resistiram e se reinventaram para que esse

culto não desaparecesse, para que a memória da família africana se mantivesse viva, mesmo fora da sua raiz, da sua terra, do seu continente, como desejavam e impuseram os colonizadores a todos os escravizados, quer sejam mudando seus nomes africanos ou os proibindo de realizar seus cultos advindos de sua terra natal” (Sant’anna; Silva, 2021, 259).

A construção de narrativas e epistemologias nos terreiros também é abordada em outros capítulos: *Das três Marias da Ciência da Informação às Marias dos terreiros afro-diaspóricos: descolonizando a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia* (Melo; Rangel); *Narrativas orais, memórias e saberes: um diálogo entre o Candomblé e as epistemologias do sul* (Gomes Júnior); *A bantunização na Ngana Kingongo: recentrando os referenciais* (Kambondo; Silva; Queiroz); *KILOOMBO CONTEMPORÂNEO: UNZÓ IA KISIMBI RIA MAZA NZAMBI* (Ferreira).

O livro também discute as políticas de informação transversalizadas às questões religiosas nos capítulos: *O páramo das políticas de informação e a emergência patrimonial de ex-votos no Brasil* (Silva; Silva) e em *Aspectos políticos e arquivísticos da documentação sobre Frei Tito de Alencar Lima* (Assis). A busca pela perspectiva antirracista e decolonial no cristianismo também é contemplada nos capítulos que abordam as igrejas como espaços museais de construção de narrativas e memórias.

Para Melo e Monteiro (2021, p. 167) “eleger e demonstrar a musealidade em espaços não convencionados como museus, nos favorece em processos de reintegração com as epistemes que foram massacradas pelas estratégias de dominação colonial. Possibilitam, desta forma, processos de descolonização, particularmente, quando estes lugares estão ligados a contextos culturais que historicamente foram subalternizados, apagados e inferiorizados”.

Outras temáticas no escopo principal da obra são apresentadas como: comunidades eclesiais de base (Monteiro); estudos culturais nos sistemas de classificação (Miranda); igrejas e espaços culturais, históricos e religiosos (Santana; Vermeersch; Zafalon), (Silva); carnavalesmos (Carmo).

Os dois últimos capítulos discutem as questões éticas que transversalizam as possibilidades de afroperspectiva com base na decolonialidade (Bittencourt; Oliveira) e apresenta o estado da arte sobre as teses e dissertações com temática religiosa no campo da Ciência da Informação no Brasil (Almeida; Romeiro; Silva).

A obra discute a relevância dos distintos espaços religiosos como lugares informacionais, de memória, de resistência e ressignificação das formas de expressão humana, por meio de leitura decolonial e antirracista. A leitura é recomendada para “[...] acadêmicas e acadêmicos, religiosas e religiosos, militantes e ativistas, profissionais da educação, pós-graduandas e pós-graduandos que estão preocupados em Repensar o sagrado a partir de outras perspectivas epistêmicas, outros modos de sentir e existir” (Melo; Santos; Romeiro; Rangel; 2021, p. 12-13).

**Notas:** Os autores da resenha são pesquisadores e docentes de Biblioteconomia e desenvolvem suas pesquisas nas áreas de linguagem, usuários, acesso e gestão de unidades de informação.